

Sem saída

» RICARDO NOGUEIRA VIANA
Delegado Chefe da 35ª DP e professor de educação física

Em 28 de maio, após acalorados debates ideológicos e partidários, o Congresso Nacional derrubou o veto do presidente da República e limitou a possibilidade da saída temporária de presos, a chamada saidinha. Voltou a valer o texto da Lei 14.843/2024, que alterou a Lei de Execução Penal (LEP), restringindo o benefício somente aos detentos do regime semiaberto que estudam no supletivo profissionalizante, ensino médio ou superior. Na fundamentação do veto, o Poder Executivo baseou-se na importância do convívio familiar para o preso. Entretanto, a tese que prevaleceu, oriunda do Parlamento, firmou-se na reincidência dos internos quando estão gozando do benefício. Inclusive, o ato normativo recebeu o nome do Sargento PM Dias, morto em janeiro após ser baleado por um detento que foi beneficiado pela saída temporária e não voltou ao sistema carcerário de Belo Horizonte.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2023 o Brasil detinha 83.295 presos, sendo que 62,6% tinham entre 18 e 34 anos e 68,2% eram negros. Por aqui, o encarceramento definitivo se dá depois do devido processo legal e, geralmente, abrange aqueles que fizeram barbáries, aos reincidentes contumazes ou para os que não tiveram condições de sustentar uma razoável defesa técnica. É um cartão vermelho para os que não souberam conviver com seus pares. Para a pessoa presa, a LEP funciona como uma corda: no momento em que o regime se fecha, ela se retém; a partir do momento em que o encarcerado vai galgando etapas — cumprindo requisitos objetivos e subjetivos que levam em consideração aspectos temporais e comportamentais —, as amarras vão afrouxando, havendo a concessão de progressão de regime; até que a pessoa estanque a âncora que o atrela ao Estado e consiga a liberdade.

Quando se fala em preso e sistema carcerário, a pergunta que ascende é: Quem se compadecer por essas pessoas ou pelos locais que ficam reclusas? Essa identificação se dá em relação a alguns que ali oficiam, aos que têm pessoas próximas sob grades e aos que enxergam que os seres que ali estão encontram-se “depositados” e merecem uma segunda chance. Como citava a minha mãe, “Quem lá está, boa coisa não fez”. Para os mais conservadores, o chavão dileto é: pena de morte. Todavia, pulemos essa etapa, pois o nosso ordenamento, salvo uma exceção, não permite esse tipo de sanção. Então, o dever do Estado é promover a ressocialização.

A saída temporária está atrelada ao regime semiaberto, ou seja, àqueles presos que, muitas vezes, já trabalham extramuros, saem para suas atividades rotineiras e retornam para o presídio ao fim do dia. São esses presos que labutam em empresas, órgãos e obras públicas e que, antes da modificação da lei, tinham o benefício de visitar os seus familiares e a frequentar cursos e outras atividades que contribuam para a sua reintegração: 35 dias ao ano, em períodos de até sete dias cada. No DF, segundo dados da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap), a última saída temporária contemplou 1.725 presos. Destes, 22 não regressaram, ou seja, 1,27%, e houve seis ocorrências criminais envolvendo presos que gozaram do benefício, isto é, 0,34%. Perceberam, praticaram crimes. Mas urge ressaltar que a maioria retornou, gozou do benefício e está em busca de ser reintegrado. Vejamos uma metáfora: quantos motoristas de todas as classes sociais são pegos dirigindo embriagados? Quantos se envolvem em acidentes graves? Será que seria razoável proibir todos que dirigiram com teor

etífico além do permitido a não mais dirigir veículos automotores?

O benefício da saída temporária, nos moldes anteriores, estruturava um amparo estatal ao preso que, em conjunto com outras ações previstas na LEP — no âmbito da saúde, da educação, da família e da assistência social e religiosa —, tinha como intuito reintegrar aqueles que se mantiveram à sorrelfa da lei. No mesmo viés, o benefício corroborava para o equilíbrio e funcionamento do ambiente carcerário, estabelecendo padrões de conduta, evitando o fortalecimento de facções e propiciando uma gestão eficaz do sistema prisional. O que a sociedade não assimilou é que, abominando a pessoa presa, viola-se indiretamente o princípio da responsabilidade pessoal da pena, a qual preceitua que a sanção não passará da pessoa do condenado. A pena transcenderá, e os punidos seremos nós, que não zelamos pela reinserção social do recluso, o qual, um dia, retornará ao nosso convívio e, diante da nossa omissão, poderá voltar a praticar atrocidades fazendo com que o ciclo de violência se perpetue.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Educação paralisada

Ao ser deixado de lado pelas classes médias e altas, o ensino público perdeu o principal nicho social que poderia, de alguma forma, fazer pressão pela melhoria do ensino junto às autoridades, reivindicando direitos e exigindo escolas de qualidade. Com isso, muitas escolas públicas que outrora eram reconhecidas como de excelência passaram a conhecer o outro lado da pista: a decadência.

Das poucas escolas que conseguiram sobreviver a esse esvaziamento social, oferecendo um ensino de relativa qualidade, todas, indistintamente, tinham, em seus quadros de direção e professores, pessoas abnegadas e incansáveis que passavam a maior parte do ano peregrinando pelos corredores dos ministérios em busca de auxílio e, muitas vezes, não se dobrando às humilhações impostas pela burocracia estatal e a sua indiferença com esse problema.

Alguns fatos ocorridos na dinâmica social e urbana brasileira, iriam, no final dos anos de 1970, provocar uma série de mudanças estruturais no tradicional modelo educacional do país, principalmente no ensino público, oferecido pelo Estado sob a direção do Ministério da Educação e Cultura (MEC), como era denominada, nessa época, a pasta que coordenava os assuntos ligados a essa área.

Entre essas mudanças sociais que acabaram por atingir em cheio a educação pública, sobretudo no quesito qualidade e eficiência, está a debandada em massa das classes média e alta dessas escolas rumo ao ensino privado, que começava a ganhar fôlego e a atrair os alunos cujas famílias tinham melhores condições econômicas oferecendo um currículo e uma grade e disciplinas mais elaborados, diversos e atrativos, aprofundados em matérias escolares que, lá no ensino público, eram vistas apenas de forma superficial.

Não demorou para esse alunado começar a se sobressair nos exames e vestibulares do país, demonstrando não só uma diferença de qualidade desses conteúdos programáticos, como uma nova maneira de ministrar aulas mais dinâmicas, tudo dentro de um espírito empresarial que reconhecia na educação de jovens um vasto campo a ser explorado economicamente.

Os melhores pedagogos e professores foram chamados também. As aulas consumiam uma carga horária maior. O material didático era diferenciado e mandado imprimir pelas próprias escolas, contendo textos explicativos e exercícios relativos ao assunto em cadernos ricamente diagramados.

Os ministros dessa pasta, que, antes, exibiam invejáveis currículos acadêmicos, foram substituídos por políticos pouco afeitos às necessidades da área. O mesmo passou a ocorrer, em âmbito estadual e municipal com os secretários de Educação, a grande maioria despreparada e avessa a esses problemas.

Deu no que deu. Nesse vácuo e nesse terreno baldio em que se transformaria o ensino público, ficaram alguns professores em fim de carreira, já cansados e desiludidos da luta pela melhoria do ensino, e alguns outros professores que, caso fossem submetidos a exames para medir o grau de conhecimento nas disciplinas que ministravam, seriam automaticamente reprovados.

Os baixos salários cuidaram para espantar os poucos profissionais de ensino com maior preparo. Os sindicatos, como braços avançados dos partidos, cuidaram de fazer sua parte, paralisando continuamente as aulas em busca de melhoria salarial.

Não surpreende que, hoje, o ensino público do país seja um dos mais mal avaliados nos certames internacionais, como o Pisa. Hoje, o ensino público é ofertado, na sua grande parte, para pessoas de baixa renda que não encontram outra opção. É isso ou nada.

A pandemia mostrou o fosso entre escola pública e privada, acentuando dramaticamente a desigualdade social. Alunos de escolas privadas continuavam tendo aulas via computador. Os alunos do ensino público só tinham o celular do pai ou da mãe para dividir com os irmãos.

A frase que foi pronunciada

“Educar a mente sem educar o coração não é educação alguma”

Aristóteles

Sul

» Depois da tragédia do Rio Grande do Sul, vão aparecendo as partes práticas da burocracia. Aqueles que assinaram o contrato de seguro do carro optando por seguro total, inclusive contra desastres naturais, receberão um novo automóvel. O presidente do Sindicato dos Corretores de Seguros do Rio Grande do Sul, André Thozeski, afirmou, em entrevista ao portal Terra, que os imóveis financiados pelo Sistema Financeiro da Habitação contam com um seguro que cobre danos físicos ao imóvel, não importando qual agente financeiro firmou o contrato: Caixa, BB, Bradesco, Itaú, Santander etc. Os passos são notificar o banco informando que deseja usufruir dessa cobertura. É importante o registro de todas as provas sobre a situação do imóvel.

História de Brasília

Devia estar pronto a 21 de abril um dos grandes monumentos da cidade. A Torre de Televisão. Mas a Siderurgica Nacional atrasou a entrega, não mandou até hoje ninguém assinar o contrato. E basta que se diga que a Novacap já pagou a maior parte do serviço que não foi entregue. (Publicada em 10/4/1962)

Os oceanos e as mudanças climáticas

» SEGEN ESTEFEN

Diretor-geral do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas (Inpo) e professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Apesar de se chamar Terra, é de água que é coberta a maior parte do planeta — cerca de 71% de toda a superfície é oceano, 80% no Hemisfério Sul. A importância não é desproporcional ao tamanho do planeta, pois a água é essencial para a vida. Antigos guardiões do clima terrestre, são os oceanos que têm regulado a temperatura do planeta, influenciando padrões atmosféricos e sustentando a biodiversidade marinha. Os oceanos absorvem 90% do excesso de todo o calor atmosférico gerado pelas emissões de dióxido de carbono (CO2). A água tem uma alta capacidade térmica, permitindo que se armazene grandes quantidades de calor. É exatamente o que os oceanos fazem com a Terra. Sem eles, a temperatura global seria insustentável.

Os oceanos também desempenham um papel significativo no que se refere à absorção dos gases do efeito estufa que causam o aquecimento da Terra. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, os oceanos captaram cerca de um terço de todo o CO2 emitido pela humanidade desde a Revolução Industrial. No entanto, essa absorção tem um custo, especialmente em um planeta que aumentou em cerca de 1,4°C a sua temperatura em um período de 40 anos.

As mudanças climáticas e os oceanos estão intrinsecamente conectados, em uma via de

mão dupla. Enquanto os oceanos naturalmente mitigam boa parte dos efeitos do aquecimento do planeta, as mudanças climáticas também impactam os oceanos pelo degelo nos polos e aumento da absorção de CO2, o que resulta em uma série de problemas, como o aumento do nível do mar, da temperatura e da acidificação. O aquecimento dos oceanos Pacífico e Atlântico tem contribuído para eventos climáticos extremos, devido à potencialização de fenômenos naturais como ciclones e furacões. A elevação da temperatura das águas dos oceanos tem efeito deletério nos corais e na biodiversidade marinha.

Recentemente, a BBC publicou uma análise baseada em dados do Serviço Climático Copernicus, da União Europeia, mostrando que os oceanos bateram recordes de temperatura todos os dias por 12 meses. O dado é o prenúncio da condição crítica das mudanças climáticas. Segundo o Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas, o IPCC, se o planeta aquecer 1,5°C, cerca de 70% dos corais, que suportam um quarto da vida marinha, desaparecerão.

Para além dos mares, esse cenário nos afeta também, pois os oceanos funcionam como um grande reservatório de carbono, armazenando-o em taxas muito superiores às florestas tropicais terrestres. Além de reconhecer a importância dos oceanos para a vida e combater a crise climática, é preciso entender o papel

crucial que esse aliado muitas vezes desconhecido tem. Não dá para enfrentar esse desafio do século 21 sem considerá-lo.

O caminho para isso é conhecido. Inclui a redução das emissões de gases de efeito estufa, o que passa invariavelmente por transicionar as matrizes energéticas do fóssil para o renovável. O surpreendente é que os oceanos também podem dar uma alternativa para isso. O potencial energético dos mares é vasto. As energias oceânicas — ainda muito pouco exploradas — têm um potencial de produzir dezenas de vezes mais energia do que o mundo será capaz de consumir em 2040. Os oceanos podem ser não apenas um regulador climático, mas também uma das fontes de energia renovável que vai viabilizar o futuro do clima na Terra.

No entanto, para ter os mares como aliados, é necessário voltar a eles como fizeram nossos ancestrais. É preciso mantê-los com políticas de conservação marinha, investimento em pesquisa e monitoramento oceânico. Somente com dados constantes, a ciência conseguirá abastecer aqueles que têm o poder de tomar as decisões, da política à economia. Isso pode gerar iniciativas, como a criação de áreas marinhas protegidas e o desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono a partir do mar. Sem essa integração e se deixarmos tudo como está, corremos o risco de perder a nossa primeira e última barreira contra a crise climática.

G O M E Z